

A Atuação do Assistente Social na Saúde:

Contribuições para o Debate

Soraya Araujo
Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



A Atuação do Assistente Social na Saúde:

Contribuições para o Debate

Soraya Araujo
Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lillian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lillian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

A atuação do assistente social na saúde: contribuições para o debate

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A886 A atuação do assistente social na saúde: contribuições para o debate / Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-114-2
DOI 10.22533/at.ed.142212605

1. Saúde. 2. Assistente social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título.

CDD 362.1042

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Uma década após o lançamento pelo Conselho Federal de Serviço Social – CFESS do documento *Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde*, reunimos nessa coletânea a multiplicidade de experiências profissionais de Assistentes Sociais na área da saúde pública.

A coletânea *A atuação do Assistente Social na Saúde: contribuições para o Debate* reúne 09 artigos dentre as quais estão presentes as discussões sobre: extensão universitária, hospital escola, linha de frente e enfrentamento Covid-19, fiscalização profissional, envelhecimento e Serviço Social português.

Os artigos são frutos de pesquisas, relatos de experiências e ensaios teóricos e colocam em evidência o cotidiano dos serviços, os desafios enfrentados por esses profissionais diante do agravamento das expressões da *Questão Social* na atual conjuntura.

Dessa forma, convidamos o leitor a conhecer os trabalhos, partilhar experiências, reflexões e resultados alcançados no processo de produção e socialização do conhecimento.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE EXTENSÃO REDE INTERNA DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA: CONTRIBUIÇÕES NO PROCESSO DE DESNATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA

Renata Alves César Fernandes
Soraya Araújo Uchoa Cavalcanti
Christiane Virginio de Oliveira Barbosa
Evandro Alves Barbosa Filho

DOI 10.22533/at.ed.1422126051

CAPÍTULO 2..... 13

PROMOÇÃO DA SAÚDE, TABAGISMO E REDUÇÃO DE DANOS NO SUS: A EXPERIÊNCIA VINCULADA AO PROJETO DE EXTENSÃO PODE RESPIRAR! DISCUTINDO PROMOÇÃO DA SAÚDE NO SUS/UPE

Soraya Araújo Uchoa Cavalcanti

DOI 10.22533/at.ed.1422126052

CAPÍTULO 3..... 24

IMAGEM DO SERVIÇO SOCIAL EM UM HOSPITAL ESCOLA: TENSÕES ENTRE CONTINUIDADES E RUPTURAS

Reinaldo dos Santos Mendes da Silva
Danielle Viana Lugo Pereira
Edna Tania Ferreira da Silva
Alecsonia Pereira Araujo

DOI 10.22533/at.ed.1422126053

CAPÍTULO 4..... 36

O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NOS HOSPITAIS DE REFERÊNCIA AO ENFRENTAMENTO DA COVID-19 EM JOÃO PESSOA- PARAÍBA

Jaqueline Figueredo Silva
Maria Betania Gomes da Silva
Danielle Viana Lugo Pereira
Valéria Costa Aldeci de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.1422126054

CAPÍTULO 5..... 50

O TRABALHO E A CHEGADA DA VELHICE NA CONJUNTURA ATUAL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE

Jozadake Petry Fausto Vitorino

DOI 10.22533/at.ed.1422126055

CAPÍTULO 6..... 63

ASSÉDIO MORAL: ESTRATÉGIAS CONTEMPORÂNEAS DE CONTROLE DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Pedro Leonardo Cedrola Vieira
Gabriela Santos Gomes

Michelle Noce

DOI 10.22533/at.ed.1422126056

CAPÍTULO 7..... 73

**A DISCIPLINA DE METODOLOGIA CIENTÍFICA NOS CURRÍCULOS DE GRADUAÇÃO
EM SERVIÇO SOCIAL EM PORTUGAL**

Kathiuscia Aparecida Freitas Pereira Coelho

Olegna de Souza Guedes

DOI 10.22533/at.ed.1422126057

CAPÍTULO 8..... 78

CRIANÇAS DO CÁRCERE: O DESENVOLVIMENTO INFANTIL INTRAMUROS

Mário Milcíades Martins Meira Neto

DOI 10.22533/at.ed.1422126058

CAPÍTULO 9..... 86

**PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: SUBSÍDIOS PARA O EXERCÍCIO
DA PRÁTICA PROFISSIONAL**

Daiane Neves da Silva e Santos

DOI 10.22533/at.ed.1422126059

SOBRE A ORGANIZADORA..... 99

ÍNDICE REMISSIVO..... 100

CRIANÇAS DO CÁRCERE: O DESENVOLVIMENTO INFANTIL INTRAMUROS

Data de aceite: 24/05/2021

Data de submissão: 15/03/2021

Mário Milcíades Martins Meira Neto

Assistente Social

Universidade Federal da Paraíba

<http://lattes.cnpq.br/5416491976579645>

RESUMO: O cuidado à saúde da criança, por meio do acompanhamento do desenvolvimento infantil o mais precocemente possível, é fator primordial para a promoção à saúde, prevenção de agravos e a identificação de atrasos no desenvolvimento neuropsicomotor. Nos últimos anos a atenção à saúde de mulheres e crianças tem recebido relativo cuidado por parte do governo brasileiro, a exemplo da Rede Cegonha, que prevê atenção à saúde no pré-natal, parto, puerpério e acompanhamento pediátrico durante os primeiros dois anos da criança. Entretanto, necessário é garantir os mesmos cuidados para as crianças filhas das mulheres privadas de liberdade considerando as especificidades dessa parcela da população. **METODOLOGIA:** revisão de literatura realizada nas bases de dados Scielo e Lilacs utilizando os seguintes descritores: “saúde da criança” “sistema prisional”; “desenvolvimento infantil” “prisões”. **RESULTADOS:** Os estudos aqui analisados abordaram, sob diferentes ângulos, as repercussões do sistema prisional na saúde de crianças que vivenciam a experiência de coabitar com a mãe em alguma unidade prisional feminina brasileira. As consequências dessa

vivência são negativas para o desenvolvimento - sobretudo emocional, psicológico e cognitivo - dessas crianças, principalmente aquelas que enfrentam a violação de seus direitos. **CONCLUSÕES:** fica evidente que as leis que pretendem garantir atenção integral às pessoas privadas de liberdade e, em especial, à mulher grávida ou puérpera, estão longe de efetivamente constituírem a proteção da saúde e da dignidade necessárias durante o processo de gestação e/ou pós-parto.

PALAVRAS-CHAVE: Direito à saúde. Maternidade. Saúde da criança. Prisões.

CHILDREN IN JAIL: IN-CHILD DEVELOPMENT IN CHILDREN

ABSTRACT: Child health care, by monitoring child development as early as possible, is a key factor for health promotion, disease prevention and the identification of delays in neuropsychomotor development (BRASIL, 2016). In recent years, health care for women and children has received relative care from the Brazilian government, such as Rede Cegonha, which provides health care in prenatal care, childbirth, the puerperium and pediatric follow-up during the child's first two years. However, it is necessary to guarantee the same care for the children of women who are deprived of their liberty considering the specificities of this portion of the population. **METHODOLOGY:** literature review carried out in the Scielo and Lilacs databases using the following descriptors: “child health” “prison system”; “Child development” “prisons”. **RESULTS:** The studies analyzed here addressed, from different angles, the repercussions of the prison system on the

health of children who experience the experience of cohabiting with their mother in some Brazilian female prison unit. The consequences of this experience are negative for the development - especially emotional, psychological and cognitive - of these children, especially those who face the violation of their rights. **CONCLUSIONS:** it is evident that the laws that intend to guarantee comprehensive care to persons deprived of their liberty and, in particular, to pregnant or postpartum women, are far from effectively constituting the protection of health and dignity necessary during the process of pregnancy and / or postpartum -birth.

KEYWORDS: Right to health. Maternity. Child health. Prisons.

INTRODUÇÃO

O Brasil tem uma população prisional de aproximadamente 726.354 homens e mulheres, de acordo com Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen, jun./2017), número que o torna um dos países que mais encarceram no mundo, juntamente com os EUA (2,2 milhões), China (1,6 milhão) e a Rússia (674 mil).

De acordo com o levantamento, cerca de 37.828 mulheres encontravam-se privadas de liberdade em junho de 2017, sendo 36.612 mantidas em unidades administradas pelas Secretarias Estaduais. Entretanto, ao considerarmos o número total de vagas, constatamos um déficit de quase 6.000 vagas, o que revela uma taxa de ocupação de 118,8% presas no Brasil.

Das Unidades da Federação, São Paulo aparece em 1º lugar no ranking de estados que mais encarceram no país com uma população prisional feminina de aproximadamente 12.183 mulheres privadas de liberdade (31,6%). A Paraíba tinha, à data do levantamento, uma população feminina privada de liberdade de cerca de 570 mulheres correspondente a uma taxa de aprisionamento de 27,7 aprisionadas para cada grupo de 100 mil mulheres.

O encarceramento não pode limitar e/ou negar à mulher seu direito à maternidade. O Estado tem o dever de garantir a infraestrutura prisional adequada e assegurar direitos básicos fundamentais, como o de permanência dos filhos junto a mãe no período de amamentação, o fortalecimento do vínculo mãe/bebê, espaço adequado para a amamentação, celas adequadas para gestantes, além da existência de berçário, creche e centro de referência materno-infantil (Infopen Mulheres, 2017).

No Brasil, em 2017, das 342 gestantes privadas de liberdade, 204 (59,60%) se encontravam em unidades prisionais com cela adequada para recebê-las. Outro dado importante diz respeito à existência de local apropriado para a mãe permanecer com filho recém-nascido e ofertar cuidados essenciais durante o período da amamentação. Do total de 1.507 unidades prisionais cadastradas no INFOPEN, 48 (3,20%) contam com berçário e/ou centro de referência materno-infantil com capacidade para acolher 541 bebês. Destaca-se o baixo índice de estabelecimentos femininos que têm creche apropriada para receber crianças acima de 2 anos (0,66%), nenhum nas regiões norte e nordeste.

Os dados apresentados acima demonstram que há carência estrutural e, por

consequência, a violação de direitos humanos referentes ao binômio mãe/bebê. No encarceramento feminino, aspectos inerentes à maternidade precisam ser avaliados, como a garantia da presença dos filhos junto às mães pelo período previsto por lei (Guimaraes et al. 2018, p. 2).

Com o intuito de garantir condições dignas para a construção e fortalecimento do vínculo mãe/bebê no sistema carcerário, foi instituída pela Portaria Interministerial nº 210, de 16 de Janeiro de 2014, a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE). Dentre suas diretrizes destaca-se a humanização das condições para o cumprimento da pena com a garantia, entre outros, da proteção à maternidade e à infância (Art. 2, IV).

Para tanto, são estabelecidas metas para incentivar governos e órgãos estaduais responsáveis pela administração prisional a buscarem a efetivação dos direitos fundamentais das mulheres privadas de liberdade de acordo com suas peculiaridades, sobretudo no que diz respeito ao número de filhos que com elas coabitam nos estabelecimentos prisionais.

A atenção à maternidade e à criança intramuros deve observar, de acordo com a PNAMPE, aspectos específicos, tais como:

- A condição da gestação ou maternidade, número e idade de filhos e pessoas responsáveis pelos seus cuidados;
- Inserção da mulher grávida, lactante e mãe com filho em local adequado com oferta de atividades lúdicas e pedagógicas coordenadas por equipe multidisciplinar;
- Garantia de acompanhante da parturiente durante todo o trabalho de parto até o pós-parto imediato;
- Proibição do uso de algemas e outras medidas de contenção em mulheres em trabalho de parto ou em parturientes;
- Respeito ao período mínimo de amamentação e de convivência da mulher com seu filho.

Entretanto, viola-se o direito à saúde da mãe e o da criança, bem como se pune a mulher que vê sua maternidade frequentemente ameaçada de ser interrompida com a abrupta ruptura do vínculo com sua criança caso as regras do sistema não sejam obedecidas.

OBJETIVOS

Geral

Analisar os aspectos relacionados aos direitos humanos no contexto prisional e suas violações em relação às crianças que coabitam com suas mães.

Específicos

Analisar os impactos que o contexto prisional causa na saúde e desenvolvimento infantil;

Identificar as ações de promoção ao aleitamento materno nos estabelecimentos prisionais.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura realizada nas bases de dados Scielo e Lilacs utilizando os seguintes descritores: “saúde da criança” “sistema prisional”; “desenvolvimento infantil” “prisões”, além das referências indicadas nos artigos selecionados nas bases de dados.

RESULTADOS

Os estudos aqui analisados abordaram, sob diferentes ângulos, as repercussões do sistema prisional na saúde de crianças que vivenciam a experiência de coabitar com a mãe em alguma unidade prisional feminina brasileira. A construção de uma infância intramuros revela que as crianças são cumpridoras solidárias deste encarceramento (TORRES, 2012), uma vez que a dinâmica da vida dessas crianças passa a ser organizada segundo o regramento institucional da vigilância e da punição. As consequências dessa vivência são negativas para o desenvolvimento - sobretudo emocional, psicológico e cognitivo - dessas crianças, principalmente aquelas que enfrentam a violação de seus direitos.

Em um estudo de campo de caráter descritivo e abordagem qualitativa, realizado em unidade prisional feminina da cidade de Salvador - BA em 2016, Santos (et al. 2018), avaliaram o crescimento e desenvolvimento nos aspectos psicomotores e cognitivos de 9 crianças na faixa etária entre 24 e 72 meses. 100% delas apresentavam estatura e percentil nutricional adequados para a idade. Entretanto, algumas crianças estavam com desenvolvimento afetado – atraso na leitura, contagem de numerais, identificação de cores e atraso social.

Peroza (2018), defende que os processos educativos vivenciados no cárcere contemplem as especificidades do desenvolvimento da criança e sua dignidade humana. Para tanto, reconhece a necessidade de se efetivarem as condições alternativas de cumprimento de pena para mulheres grávidas e/ou com crianças pequenas sob sua responsabilidade (p.123).

A presença e/ou permanência de crianças em um ambiente para adultos condenados ou que aguardam julgamento pode causar estranhamento em muitas pessoas. Entretanto, é importante que se diga que isto tem previsão legal, estando inscrito na Lei de Execução Penal (LEP), Lei nº 7.210/1984. De acordo com o parágrafo 2º do Artigo 83 da referida

Lei, “os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no mínimo, até 6 (seis) meses de idade”, e define a idade máxima de permanência da criança em seu Artigo 89: “a penitenciária de mulheres será dotada de seção para gestante e parturiente e de creche para abrigar crianças maiores de 6 (seis) meses e menores de 7 (sete) anos, com a finalidade de assistir a criança desamparada cuja responsável estiver presa” (BRASIL, 1984).

Ressalte-se que a Lei 11.942, de 28 de maio de 2009, dá nova redação aos artigos 14, 83 e 89 da LEP para garantir que mães presas e recém-nascidos tenham condições mínimas de assistência de acordo com suas especificidades. A partir de então, o artigo 14 da LEP passa a vigorar acrescido de parágrafo 3º para assegurar acompanhamento médico para a mulher, principalmente no pré-natal e no pós-parto, extensivo ao recém-nascido (BRASIL, 2009).

Entretanto, a efetivação do que estabelecem as leis ainda é algo distante de ser constatado nas cadeias femininas brasileiras. A realidade das condições em que se encontram crianças encarceradas em conjunto com suas mães revela uma infância invisível para o sistema penitenciário traduzida em uma quase total negligência em relação às especificidades de seu desenvolvimento e aos princípios da dignidade humana (PEROZA, 2018, p.126). Os processos educativos constituem o desenvolvimento infantil. Ambos são vivenciados pelos sujeitos a partir das relações estabelecidas com a família, com outras crianças e adultos e com a comunidade à qual pertencem (Ibidem).

Quando vivenciados dentro de prisões, estes processos passam a carregar as marcas do cotidiano e da rotina desses ambientes caracterizados pela ordem, vigilância, obediência e punição. Em se tratando do desenvolvimento infantil de crianças que se encontram nas unidades prisionais os impactos na sua constituição enquanto sujeitos evidenciam que as primeiras experiências cognitivas em relação a suas impressões e interpretações do mundo externo se caracterizam pelo medo, desconforto e constrangimento.

Sobre isto Peroza salienta que um traço marcante nas crianças observadas durante a realização de seu estudo era a “expressão do olhar”. O ato de baixar os olhos podia significar submissão, desconfiança. O olhar representa o comportamento socialmente requerido no ambiente prisional uma vez que as mulheres são proibidas de olhar diretamente para as autoridades (p.129).

Isto evidencia as marcas deixadas pela influência que o contexto prisional exerce nos processos educativos e no desenvolvimento infantil, alterando os modos como as crianças observam e estabelecem as relações com o mundo e os adultos. O cárcere não oferece as condições e oportunidades de haver experiências características da infância – brincar, passear, interagir com outras crianças são processos disciplinados e vigiados segundo o rigor prisional. Desta forma, evidenciam-se lacunas nas experiências comuns a qualquer criança, experiências necessárias para seu desenvolvimento.

A escassez destas experiências, pode levar a uma “repetição de imagens”, a uma limitação na formação de frases e contação de histórias exatamente por não haver experiências de vida significativas e variadas, em ambientes distintos com pessoas diversas. A criança precisa vivenciar o plural para incentivar a imaginação, a fala, a capacidade de interagir e reagir conforme as diferentes situações cotidianas.

Para Vygotsky (1989),

“A linguagem e o pensamento se articulam no âmbito do contexto sociocultural, tendo como base de sua constituição a inter-relação dos aspectos cognitivos e afetivos, naquilo que ele denomina como “plenitude da vida”, ou seja, na integralidade da criança e em sua relação com o ambiente, “cada ideia contém uma atitude afetiva transmutada com relação ao fragmento da realidade ao qual se refere” (PEROZA, 2018 apud VYGOTSKY, 1989, p. 7).”

A promoção de condições – ambientais, e psicossociais – que favoreçam um desenvolvimento infantil que preserve os princípios da dignidade humana começa ainda no ambiente intrauterino. Isto por que a mulher, na gravidez, experimenta mudanças biológicas e psicológicas entre outras, que podem influenciar as relações que estabelecerá com o bebê após o parto, como forma de preservar e estimular o desenvolvimento neuropsicomotor, fundamentais para as aprendizagens da criança (p.132). No caso das mulheres grávidas privadas de liberdade, este momento se dá em condições bastante adversas em que há exposição a situações de severo estresse, angústia e medo.

“Alguns condicionantes apontam para fatores de risco para a mãe e o bebê: sob a tutela do Estado, estão à mercê do precário atendimento oferecido em termos de saúde, alimentação e estrutura física à gestante e puérpera; sob a ordem jurídica, a maioria das mulheres, de modo especial as grávidas ou com seus bebês, são presas provisórias e poderiam cumprir pena alternativa até o julgamento (Ibidem)”.

Para as pesquisadoras responsáveis pelo relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que avaliou as condições atuais que impossibilitam a materialização do direito das mulheres privadas de liberdade, o cárcere representa, por si só, um risco para qualquer ser humano e sua existência onde mulheres “exercitam maternidades vulneráveis e gestações de risco. Defendem a tese de que toda gestação no espaço prisional é uma gravidez de alto risco, logo, bastaria a comprovação de situação de prisão da mulher para a aplicação da modalidade domiciliar prevista no inciso IV artigo 318 Código de Processo Penal, mesmo antes do sétimo mês de gestação (IPEA, 2015, p. 22).

Cabe ressaltar que os aspectos físico, cognitivo e psicossocial do desenvolvimento infantil estão interligados e influenciam-se mutuamente ao longo da vida do indivíduo (BRASIL, 2002). Sendo assim, as especificidades de seu desenvolvimento devem ser consideradas pelo poder público por meio de políticas e serviços que viabilizem a realização de atendimento e acompanhamento especializado com equidade e qualidade (BRASIL, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito deste artigo foi contribuir para a reflexão acerca das condições nas quais se dá o desenvolvimento infantil de crianças encarceradas “solidariamente” com suas mães. O que se evidenciou foi um cenário desfavorável à saúde da criança em suas múltiplas dimensões, mas também no que diz respeito à os seus direitos enquanto ser humano em formação. Ademais, fica evidente que as leis que pretendem garantir atenção integral às pessoas privadas de liberdade e, em especial, à mulher grávida ou puérpera, estão longe de efetivamente constituírem a proteção da saúde e da dignidade necessárias durante o processo de gestação e/ou pós-parto.

Prover os cuidados de saúde pressupõe orientar as ações e serviços pelo princípio dos direitos fundamentais e direitos humanos enfatizados por vasta legislação, no mundo e, especificamente, no Brasil, em que pesem as estruturas históricas das fragilidades na garantia do acesso a cuidados de saúde.

Concordamos com Arinde e Mendonça (2019) quando afirmam que a política de saúde necessita ser desdobrada, voltar-se para a necessidade e a importância de uma atenção à saúde mais igualitária, adequada e resolutiva, independentemente da situação legal, razão por que sublinha-se que essa realidade ainda está distante do preconizado sobre a assistência sanitária nos estabelecimentos penitenciários.

REFERÊNCIAS

ARINDE, E. L., MENDONÇA, M. H. **Política prisional e garantia de atenção integral à saúde da criança que coabita com a mãe privada de liberdade, Moçambique.** Saúde Debate, Rio de Janeiro, V. 43, N. 120, P. 43-53. JAN-MAR 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei 11.942, de 28 de maio de 2009. Dá nova redação aos arts. 14, 83 e 89 da Lei n o 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para assegurar às mães presas e aos recém-nascidos condições mínimas de assistência. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11942.htm. Acesso em 05 set 2019.

_____. **Presidência da República.** Casa Civil. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.** Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, DF, 1984. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm >. Acesso em: 05 set. 2020.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Coordenação de Saúde no Sistema Prisional. **Inclusão das Mulheres Privadas de Liberdade na Rede Cegonha.** 1. Ed – Brasília: MS, 2014.

_____. Ministério da Saúde (2002). Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de atenção básica. **Saúde da criança: acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil.** Brasília: Autor. Recuperado de http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/crescimento_desenvolvimento.pdf. Acesso em 01 set. 2020.

_____. Ministério da Justiça. **Portaria Interministerial N° 210, de 16 de Janeiro de 2014**. Institui a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, e dá outras providências.

_____. Ministério da Justiça. **Levantamento nacional de informações penitenciárias**, atualização junho de 2017, Marcos Vinícius Moura. – Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional, 2019.

GUIMARÃES, L. M. (et al.). **Promoção do aleitamento materno no sistema prisional a partir da percepção de nutrizes encarceradas**. Texto Contexto Enferm, 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Dar à luz na sombra: condições atuais e possibilidades futuras para o exercício da maternidade por mulheres em situação de prisão**. Série Pensando o Direito, nº 51. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/201clugar-de-crianca-nao-e-na-prisao-nem-long-e-de-sua-mae201d-diz-pesquisa/pesquisa-dar-a-luz-na-sombra-1.pdf>. Acesso em: 06 set. 2020.

PEROZA, M. A. R. **Infância no contexto prisional: reflexões sobre processos educativos e dignidade humana**. Vol. 27, N. 52. 2019. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/faeeba/issue/view/315>

SANTOS, D. S. S., BISPO, T. C. F., SANTOS, S. M., NUNES, F., REBOUÇAS, L., & CAMARGO, C. L. (2018). **Infância na casa de acolhimento no contexto prisional: um olhar sobre o crescimento e desenvolvimento**. Revista Psicologia, Diversidade e Saúde. 2018;7(1):20-26. doi: 10.17267/2317-3394rps.v7i1.1677.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ambiente de trabalho 50, 51, 52, 54, 59, 70, 71

Assédio moral 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72

Assistente social 16, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 63, 64, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 76, 77, 78, 88, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98

Autoimagem profissional 26, 34

Autonomia profissional 16, 64, 65, 72

C

Comissões de Orientação e Fiscalização - COFI 64

Conselho Federal de Serviço Social - CFESS 35

Conselho Regional de Serviço Social 64, 66, 67

Convenção Quadro para o Controle do Tabaco - CQCT 14

Covid-19 15, 22, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49

Crise pandêmica 36, 37, 38, 39, 40, 43, 47

E

Envelhecimento 12, 50, 51, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62

Extensão universitária 1, 17, 21, 99

F

Fumante passivo 19

I

Imagem social 24, 25, 26, 27, 29, 31, 32, 33, 34, 35

L

Longevidade 51, 55, 56, 58

N

Neoconservadorismo 16

Neoliberalismo 18, 38, 39, 49, 64, 70

Notificações compulsórias 5

O

Organização Mundial de Saúde (OMS) 3, 18, 19, 88

P

Parâmetros para a atuação do Assistente Social na Política de Saúde 26

Pessoa idosa 10, 51, 55, 56, 57, 58

Pessoas em situação de violência 1, 5, 6, 7, 11

Política de saúde 1, 5, 16, 18, 20, 22, 24, 26, 27, 29, 30, 32, 33, 34, 42, 49, 84, 89, 95, 99

Política nacional de fiscalização 64, 65, 71

População prisional 79

Projeto de extensão 1, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 15, 20, 21, 50, 99

R

Reforma sanitária 42, 43, 49, 88, 98

S

Serviços de saúde 1, 2, 5, 6, 22, 34, 38, 44, 89

Serviço social 3, 5, 8, 11, 12, 13, 16, 17, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 97, 98, 99

Serviço social português 73, 74, 76

Sistema prisional 78, 80, 81, 84, 85

Sistema Único de Saúde - SUS 1, 5, 7, 11, 13, 14, 15, 17, 20, 22, 23, 38, 42, 43, 88, 99

Sociedade contemporânea capitalista 2

T

Tabagismo 8, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 22, 23

Terceira idade 51, 55, 56, 58, 60

Trabalho 2, 3, 4, 6, 11, 12, 15, 16, 18, 19, 22, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 80, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98

V

Velhice 50, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61

Violência 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 30, 39, 50, 57, 66

Violência doméstica 6, 9, 10, 12

Violência estrutural 1, 2, 3, 8

A Atuação do Assistente Social na Saúde: Contribuições para o Debate

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



A Atuação do Assistente Social na Saúde:

Contribuições para o Debate

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

